

Educação permanente: um desafio para o Serviço Social^o **(Permanent education: a challenge for Social Work)**

Rosa Maria Castilhos Fernandes*

Resumo – Neste artigo, apresenta-se a discussão da educação permanente como um desafio ao Serviço Social, diante das configurações da sociedade contemporânea marcada por projetos econômicos e políticos excludentes e que estão a requerer do profissional assistente social o aprimoramento de sua formação. Destaca-se o trabalho como um espaço privilegiado de formação dos trabalhadores. Suscita, de forma sintetizada, que, para dar conta das exigências postas e, fundamentalmente, da consolidação do projeto ético-político da profissão, é preciso construir espaços compartilhados de reflexão crítica sobre o processo de trabalho dos Assistentes Sociais.

Palavras-chave – Educação permanente. Processo de trabalho. Serviço Social.

Abstract - In this article, it is presented the discussion of permanent education as a challenge for Social Work towards the configurations of contemporary society marked by excluding political and economic projects that demand for the social worker the qualification of his/her education. It is emphasized the work as a privileged space for professional education. Results, in a synthetic way, that, in order to face the demands that are on place, and mainly, the consolidation of the ethical and political project of the profession we need to build sharing spaces of critical reflection about the work process of social workers.

Key-word - Permanent education. Work Process. Social Work

Résumé – Ce texte presente la discussion de l'éducation ente comme un défi au Service Social, face aux configurations de la société contemporaine marquée por de projets économiques et politiques qui excluent et demandent au professionnel Assistant Social le perfectionnement de sa formation. Il apporte l'idée que le travail est un espace privilégié de formation des travailleurs. Il suscite encoie que d'une forme synthétisée, il faut construire des espaces partagés de réfléxion critique sur le processus de travail des Assistants Sociaux, pour répondre aux exigences imposeés et pour consolides le projet éthique-politique.

Introdução

As dinâmicas das mudanças que se sucederam no final do século XX, mesmo em sociedades de desenvolvimento industrial avançado, podem ser visualizadas sob diferentes

^o Artigo recebido em 06.03.2007. Aprovado em 22.06.2007.

* Assistente Social. Mestre em Serviço Social pela PUCRS. Doutoranda em Serviço Social do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUCRS. Docente do Curso de Serviço Social da ULBRA/Canoas – RS. E-mail: rmariacf@uol.com.br.

prismas e com efeitos nefastos sobre as condições de vida de segmentos expressivos da sociedade, como a ampliação do desemprego, a redução dos empregos estáveis nas empresas, a terceirização, a precarização das relações de trabalho, as altas jornadas de trabalho, os elevados níveis de exigências de qualificação técnica, a acentuada redução nos níveis de sindicalização, a violação dos direitos sociais e, conseqüentemente, o surgimento de uma nova pobreza. Este cenário contemporâneo, às vezes de difícil compreensão, vem exigindo dos assistentes sociais uma capacidade de perceber, de contextualizar, de desvelar e captar as diferentes expressões da questão social. Isso tudo requer profissionais comprometidos com os novos tempos.

A temática deste estudo pressupõe citar, inicialmente, a necessidade da reflexão crítica acerca do processo de trabalho dos assistentes sociais, o que demanda um processo de educação permanente no seu cotidiano profissional. Entendemos ser esta uma estratégia para a intervenção mais comprometida com resultados que possam inverter esta lógica excludente, imposta pela questão social na realidade atual. Para o encaminhamento desta reflexão, é importante perceber que o espaço privilegiado da intervenção profissional é o cotidiano do trabalho que se revela como um ambiente propício para o desenvolvimento de conhecimentos e aquisição de habilidades. A educação permanente pressupõe a aprendizagem no próprio local de trabalho, a troca de saberes, o trabalho coletivo, o respeito pelas diferenças e a efetivação de mudanças.

A superação de velhas práticas requer, mais do que nunca, dos profissionais, um debate sobre o significado de suas intervenções e os resultados alcançados, diante das mutações da questão social, já que esta e suas diferentes expressões vêm se constituindo no objeto de intervenção do Serviço Social. É através do ângulo da educação no trabalho que se pretende descortinar as possibilidades existentes para poder contribuir com o desenvolvimento de competências teórico-metodológicas, técnico-operativas e ético-políticas, tão necessárias para o exercício da profissão na contemporaneidade.

1 Configurações atuais e requisições para a formação profissional

Sabe-se que o mundo contemporâneo vem nos desafiando a cada manifestação histórica. Sabe-se, também, o quanto é preciso estar atento aos diferentes movimentos da realidade social, captando de que maneira estes acontecimentos vêm impactando a vida cotidiana dos sujeitos, o que pressupõe ter, como ponto de partida, a análise e a problematização da conjuntura atual. Vivemos, neste começo do século XXI, em um mundo

profundamente preocupante, inundado de mudanças, marcado por grandes conflitos, tensões, oportunidades desiguais, pelo desemprego estrutural, pelo empobrecimento da população e, também, pelos desastres do ambiente natural, provocados pela ação humana no século passado.

Cabe inicialmente citar que, nos anos de 1970, marcados pelo período pós-fordista, buscou-se uma nova forma de regulação, tendo com base a flexibilização da produção, que causou um impacto direto nos processos de trabalho e na vida dos trabalhadores. A partir da década de 1980, já num contexto de globalização, acirramento da competitividade e de alterações do mercado, pode-se dizer que as transformações que ocorreram despertaram uma série de preocupações nos cientistas sociais, principalmente, em relação ao desvelamento das características deste processo.¹

A combinação da reestruturação produtiva, com as políticas neoliberais e com a globalização, acirrou o problema do desemprego mundial e do emprego precário no Brasil nos anos de 1990. Segundo dados da Organização Internacional do Trabalho, aproximadamente,

um terço da força humana mundial disponível para o ato laborativo está exercendo trabalhos parciais, precários, temporários ou já vivencia as agruras do não-trabalho, do desemprego estrutural. Perambulam pelo mundo, como prometeus modernos, à cata de algo para sobreviver. Mais de um bilhão de homens e mulheres padecem as vicissitudes da precarização do trabalho, dos quais centenas de milhões têm seu cotidiano moldado pelo desemprego estrutural (Antunes, 2005, p. 13).

Esta lógica vigente, que tem como princípio a reestruturação produtiva, comandada pelo ideário do capital, vem acarretando a crescente redução do trabalho vivo e sua substituição pelo trabalho morto, corporificado no maquinário técnico-científico, gerando assim a sociedade dos descartáveis (Antunes, 2005). É preciso reconhecer que é das alterações do mundo do trabalho que emerge a chamada nova pobreza, vivenciada cotidianamente por uma parte significativa da população, sendo então, vitimizadas por processos sociais, políticos e econômicos excludentes. Castel (2005) nos convida a olhar para além dos desempregados e trazer para a discussão a *degradação da condição trabalhadora*. Isso pressupõe considerar não somente a precarização das relações de trabalho, como também a violação dos direitos humanos, principalmente, quando se trata da população brasileira, que ainda padece de um

¹ Uma das características deste processo referiu-se à crise da sociedade do trabalho que foi tratada em diferentes estudos a partir da década de 1980, como em *Adeus ao Proletariado*, de André Gorz, em *Trabalho: categoria sociológica-chave*, de Clauss Offe. Sugere-se ver em ANTUNES, Ricardo. *O caracol e sua concha*. Ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005.

sistema de proteção social justo e que considere o cidadão como um sujeito de direito e, por consequência, digno de acesso aos serviços que possam atender suas necessidades sociais.

É também nesse processo de inovações no mundo moderno que se alteram as formas de gestão da força de trabalho, requerendo um envolvimento dos trabalhadores na busca de metas de qualidade e produtividade, para disputa no sistema global do capital. Podem-se observar mudanças de ordem tecnológica e estrutural que definem novos perfis para as empresas que desejam manter-se competitivas num mercado infinitamente mais concorrencial, logicamente decorrente da globalização econômica e da busca de produtividade com qualidade. Presencia-se, nos dias de hoje, um conjunto de iniciativas no campo da qualificação profissional, treinamentos, cursos de capacitação, criação de Universidades Corporativas, enfim, modelos de desenvolvimento de pessoas que, necessariamente, não partem das necessidades trazidas pelos trabalhadores, mas, ao contrário, dizem respeito às necessidades do capital. Há de se reconhecer que muitas destas iniciativas são inovadoras, mas estar atento aos modelos de gestão de capacitação profissional é poder perceber até que ponto os trabalhadores estão implicados como sujeitos críticos de um processo produtivo que não seja alienante, mas que seja um ato criativo, de autonomia, emancipação e, porque não dizer, de resistência.

Uma outra perspectiva importante para compreensão do trabalho na contemporaneidade diz respeito à dimensão da contradição e da dialética presente nesta categoria, fundamentada pela teoria social crítica de Marx. Ao mesmo tempo em que o trabalho dignifica, possibilita a criação e tem sido vital para a humanidade, este mesmo ato laborativo degrada, aliena, explora e desvaloriza o potencial humano.

Quando a vida humana se resume exclusivamente ao trabalho, ela freqüentemente se converte num esforço penoso, alienante, aprisionando os indivíduos de modo unilateral. Se por um lado necessitamos do trabalho humano e reconhecemos seu potencial emancipador, devemos também recusar o trabalho que explora, aliena e infelicita o ser social (Antunes, 2005, p. 14).

Esse quadro até aqui descrito demonstra o quanto é fundamental não abandonar a questão do trabalho, nem os questionamentos sobre os impactos que vêm causando, tanto para aqueles que vivenciam a sua falta, como para aqueles que fazem parte deste mundo. Este período de início do século XXI traz muitas incógnitas sobre o futuro da cidadania dentro e fora dos espaços de trabalho e também sobre a capacidade de reação e de resistência do conjunto dos trabalhadores e da sociedade frente a este cenário (Paixão, 1996).

Outra questão relevante a ser considerada é a de um dos fenômenos sociais de maior interesse dos cientistas sociais contemporâneos – a globalização –, ou seja, a intensificação das relações sociais e da interdependência global (Giddens, 2005). A globalização refere-se ao fato de que vivemos cada vez mais em um mundo único, onde nossas ações têm conseqüências para os outros e os problemas do mundo têm conseqüências para nós. É um fenômeno contraditório que produz resultados difíceis de controlar e prever e, sendo assim, a leitura desta realidade deve ser feita coletivamente pelos assistentes sociais, pois, como trabalhadores, podem construir estratégias no âmbito do trabalho, a partir das peculiaridades e especificidades locais, para romper com estes ciclos de exclusão, pobreza, desigualdade, violência, discriminação, injustiça, exploração, etc.

Entretanto, para isso é preciso estar atento a estas situações que condicionam o cidadão e o fazem depender da sociedade e do Estado para proverem a satisfação de suas necessidades humanas básicas, ou melhor, de acordo com a lógica neoliberal da provisão dos mínimos sociais, que muitas vezes não se constituem como direito. Os riscos e as fraturas sociais, fruto das desigualdades e injustiças provocadas pela política neoliberal, suscita aos profissionais assistentes sociais a necessidade permanente de interrogar a lógica desse processo de exclusão e seus rebatimentos na vida cotidiana dos sujeitos, considerando-se cada história de vida e a forma como vivenciam as múltiplas expressões da questão social.

Para Iamamoto (2001), pensar o Serviço Social como trabalho tornou-se uma provocação para análise da prática profissional, pois esta “prática” é um dos elementos que constituem o processo de trabalho do assistente social. É a atividade do profissional, é o trabalho em si.

Neste estudo, o processo de trabalho do Serviço Social e os elementos que o constituem (o objeto, os meios e o produto) tornam-se dispositivos para reflexão permanente dos profissionais. Elementos estes que devem ser interrogados, assim como é a questão social, um *desafio que interroga* (Castel, 2005), a instrumentalidade adotada e o resultado do projeto profissional devem ser questionados. Para que isso aconteça, os profissionais necessitam compreender que a educação permanente pode ser condição determinante da qualidade do trabalho profissional.

2 Educação permanente: uma reflexão inicial

Numa primeira aproximação com a temática educação, é preciso compreendê-la como uma prática necessariamente permanente. Algumas reflexões de Freire (2003) em torno do ser

humano abrem caminho para o entendimento da educação como prática permanente:

Ressaltamos, inicialmente, a sua condição de ser histórico-social, experimentando a tensão de estar sendo para poder ser e de estar sendo não apenas o que herda, mas também o que adquire e não de forma mecânica. Isto significa ser o ser humano, enquanto histórico, um ser finito, limitado, inconcluso, mas consciente de sua inconclusão. Por isso, um ser ininterruptamente em busca, naturalmente em processo. Um ser que, tendo por vocação a humanização, se confronta, no entanto, com o incessante desafio da desumanização, como distorção daquela vocação (Freire, 2003, p. 18).

Nesse sentido, somos seres programados para aprender, inacabados, mas conscientes de seu inacabamento; por isso em permanente busca, indagador, curioso em torno de si e de si com o mundo e com os outros. Como sujeitos históricos preocupados sempre com o amanhã, temos como condição necessária estar sendo inseridos, ingênua ou criticamente, num incessante processo de formação (Freire, 2003).

A educação é permanente não porque certa linha ideológica ou certa posição política ou, ainda, interesse econômico o exijam. A formação e a educação são permanentes na razão, de um lado, da finitude do ser humano de outro; da consciência que ele tem da sua finitude. O ser humano incorpora à sua natureza “não apenas saber que vivia, mas saber que sabia e, assim, saber que podia saber mais. A educação e a formação permanente se fundam aí” (Freire, 2003, p. 20).

Ainda seguindo os fundamentos de Freire, a educação, como formação, como processo de conhecimento, de ensino e de aprendizagem, foi incorporada na vida dos seres humanos, à sua natureza. O ser humano jamais pára de educar-se. O *entranhamento* numa prática educativa não ocorre somente na escola formal, por isso, neste estudo, nos referimos à necessidade de uma prática educativa dos Assistentes Sociais a partir da reflexão crítica sobre o seu processo de trabalho e não somente da qualificação a partir de cursos de especialização, aperfeiçoamento, extensão e outros.

Não é de hoje que a capacitação dos profissionais Assistentes Sociais vem sendo discutida nas entidades organizativas da categoria, como o Conselho Federal de Serviço Social e a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABPESS). Entretanto, nos últimos tempos, conforme se evidenciou no XI Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, esta é uma requisição que tem merecido atenção especial, fundamentalmente ao considerar-se a conjuntura atual descrita, em alguns de seus aspectos, neste texto:

Essa requisição foi fortemente reiterada no último CBAS, com as indicações seguintes: ressaltar a dimensão técnico-operativa da profissão na formação e na capacitação continuada, em conexão com a dimensão ético-política e teórico-metodológica; aprofundar e atualizar a discussão sobre as atribuições e competências profissionais, tanto na dimensão da formação quanto na do exercício profissional, através de pesquisas e reflexões; investir na qualificação permanente dos assistentes sociais, através de cursos de especialização, aperfeiçoamento, extensão, atualização, presenciais e a distância, tal como o curso a distância ABEPSS/CFESS (Nogueira, 2005, p. 190, apud Nicolau; Leite e Batistoni, 2004).

Em que pese a importância da formação profissional e a vigilância contínua e crítica junto à mesma, é necessário ter cuidado para não depositarmos nossas crenças de que a legitimação da profissão está somente no equacionamento de políticas de capacitação. Mais do que isso, suscita-se a necessidade de repensar as condições de trabalho dos Assistentes Sociais, pois políticas de formação de trabalhadores adquirem sentido quando acompanhadas de políticas de qualificação dos espaços socioocupacionais e suas condições. “É o trabalho que forma ou deforma, qualifica ou desqualifica o trabalhador”, portanto reconhece-se aqui “o trabalho como uma matriz fundante e formadora dos seres humanos” (Arroyo, 2002, p. 72).

A discussão de educação permanente pressupõe a transformação dos espaços socioocupacionais em locais de desenvolvimento através da interlocução de saberes, onde o processo de trabalho possa ser objeto de análise e de problematização. Ainda, deve-se considerar que é o processo de trabalho que pode indicar quais saberes são necessários para qualificação dos atendimentos e serviços prestados aos usuários de nossos serviços.

Outra questão importante refere-se à mobilização dos trabalhadores que participam de atividades de desenvolvimento (congressos, cursos, oficinas, eventos), ainda que seja na lógica de educação continuada, é fundamental que os mesmos possam socializar o conhecimento adquirido junto à sua equipe de trabalho e aplicá-lo à sua prática, desde que exista uma correlação do conteúdo com a necessidade vigente. Cabe, assim, aos assistentes sociais garantir e estimular que estes espaços coletivos de troca e aprendizagem se constituam.

A relevância dada à discussão da educação permanente não se sobrepõe e nem inviabiliza a educação continuada, mas tem-se como desafio a primeira, pois permite considerar os problemas da organização do trabalho, a especificidade de cada realidade local e as características do processo de trabalho concreto do espaço socioocupacional ou do serviço

em questão. Os estudos no âmbito da saúde sobre a temática² referem que a educação continuada, geralmente aponta para um caminho planejado centralmente e apoiado em processos racionais. “Neste caso, espera-se que a educação atualize, melhore a competência técnica e articule-se com a carreira individual dos sujeitos” (Roschkel, 1993, p. 6) e desta forma acaba-se não se questionando o próprio processo de trabalho e, tampouco, este se constitui uma categoria de análise capaz de orientar propostas educativas e de mudanças. Já o enfoque da educação permanente, ao contrário, tem como desafio detectar necessidades no próprio processo de trabalho à luz de contextos específicos. Partindo-se desta orientação, para alcançar a mudança pressupõe-se partir de um processo crítico do próprio trabalho, integrando as demandas objetivas com as experiências da prática profissional. Seguindo esta linha de pensamento, o processo de aprendizagem pode caracterizar-se como reconstrutivo, pois

vai além da simples atualização e em essência apela para um profundo enfrentamento entre velhos padrões e o desenvolvimento de outros radicalmente distintos. Conduz-se mais para a construção de novas metas, políticas, normas e formas de organização e comunicação no trabalho, do que para a simples modificação do velho (Roschkel, 1993, p. 6).

Dessa forma, ao considerar a educação no trabalho neste estudo, destaca-se a concepção de que assim “como a educação, o trabalho é uma experiência social” que se constitui em um fator essencial da socialização e da dinâmica das relações sociais (Cattani, 1996, p. 140). Mesmo com suas características contraditórias, trabalhar é fonte de prazer e satisfação, pois através da execução de tarefas úteis, o trabalhador pode, de alguma forma, contribuir com as mudanças necessárias para uma sociedade mais justa. Trabalhar significa, também, ato de criação, de desvelamento de potencialidades, de desejos, de autonomia, de confrontação com a realidade e de processo de aprendizagem.

A articulação dos conteúdos conceituais de educação e formação é essencial para construção de um processo educativo, pois educação para a vida e formação para o trabalho são propostas que remetem a densos conteúdos. Entende-se, assim, que o desenvolvimento de um projeto de formação profissional requer um conjunto de diferentes iniciativas educacionais desenvolvidas além, ou independentes da escola regular, que visam promover a capacidade de trabalho dos indivíduos e dos coletivos.

² A área da saúde tornou-se protagonista (promovida pela Organização Pan-Americana da Saúde – OPAS) no final da década de 1980 ao designar a Educação Permanente como vertente pedagógica para o desenvolvimento de pessoas e de mudanças no cotidiano do sistema. Sobre este assunto, sugere-se ver em Maria Alice Roschke, Maria Cristina Davini e Jorge Haddad (Haddad et al., 1993).

As prementes transformações sociais e tecnológicas criaram novos espaços de conhecimento. Além da escola, também a empresa, o espaço domiciliar e o espaço social tornaram-se educativos. A interdependência entre os diferentes espaços sociais, tais como o domiciliar, o escolar e o de trabalho, remete-nos a romper com a idéia de tempo próprio para aprendizagem. Como ele está todo o tempo em todo lugar, o espaço de aprendizagem é aqui – em qualquer lugar – e o tempo de aprender é sempre (Gadotti, 1999).

Então, apreender a refletir coletivamente sobre o processo de trabalho dos assistentes sociais requer a criação de espaços compartilhados de discussão e a aquisição de habilidades, não somente técnicas, mas, principalmente, relacionais. Saber trabalhar em equipe, respeitar as diferenças, saber escutar, saber resolver conflitos e compreendê-los como dispositivos de mudança, ter iniciativa e autonomia, são aspectos a serem desenvolvidos e conquistados entre os profissionais de diferentes áreas de atuação.

Diante do que estamos tratando até aqui, pode-se dizer que fazer educação permanente é aprendizagem no próprio trabalho, é aprender com o outro, com as necessidades sociais. É compartilhar experiências e práticas, criando estratégias para agregar conhecimento no próprio ambiente de trabalho e propor mudanças. É saber conhecer e fazer. É descobrir e desvelar as potencialidades, fortalecendo a rede de serviços com as quais interagimos, bem como consolidar o projeto ético-político da profissão.

A formação, nos dias de hoje, tomou uma proporção extremamente significativa, pois esta implica uma necessidade de nos prepararmos intelectualmente, instruindo-nos para pensar a complexidade e as contradições da sociedade, para tratar de pensar não somente os problemas da humanidade, mas, sobretudo, de pensar novas maneiras de enfrentar os desafios postos no cotidiano dos trabalhadores sociais. É premente refletir sobre a “aprendizagem ao longo da vida” profissional, principalmente a desencadeada no próprio trabalho, pois se acredita que, por mais qualificado tecnicamente que seja o profissional, ou ainda, por mais que esteja satisfeito com sua formação e escolarização formal, não há realização apenas em uma esfera da vida (Delours, 2003).

Entretanto, parece-nos fundamental a análise crítica e a compreensão dos fundamentos ideológicos que sustentam o paradigma da aprendizagem ao longo da vida, principalmente a partir dos anos de 1990, quando a discussão sobre a educação se desloca do “terreno político e filosófico para o terreno da eficácia e da subordinação funcional da educação à racionalidade econômica” (Canário, 1997, p. 198). Neste sentido, o debate sobre a formação e educação hoje nos remetem a uma reflexão crítica sobre os significados atribuídos aos modos de

aprendizagens, que, para responderem aos desafios da mundialização, priorizam o debate sobre os meios que acaba sobrepondo-se, ao debate sobre os fins³ (Canário, 1997).

A ação experiencial no trabalho, que possibilita aprendizagem (aqui trazida como educação permanente), é um processo de ação-reflexão que, ao ser vivenciado pelos assistentes sociais, privilegia o trabalho como lócus de aquisição de conhecimento e objeto de transformação, prioriza a participação coletiva e o intercâmbio de diferentes saberes, favorece a investigação, o questionamento e a descoberta de novas formas de trabalho que poderão nos instrumentalizar para a qualificação de nossa atuação profissional.

Considerações finais

Devemos ter clareza que um dos grandes desafios da vida é o de refletir permanentemente sobre nossa atuação profissional, o que significa considerar os elementos constitutivos do processo de trabalho dos assistentes sociais: o objeto, os meios e o produto. Estudar e debruçar-se continuamente sobre os problemas de nossa época é reconhecer a complexa e dinâmica realidade que o assistente social interage em seu cotidiano profissional. Sabe-se quanto o trabalho dos Assistentes Sociais está sempre sujeito a imprevistos, o que exige clareza na intencionalidade de nossas ações, criatividade e iniciativa para lidar com as diferentes situações que surgem nas dinâmicas dos serviços e/ou espaços ocupacionais. A capacitação e a qualificação profissional no Serviço Social devem ser discutidas não como um requisito de empregabilidade, mas como forma de organização coletiva de uma categoria profissional que tem a intenção de contribuir com a promoção social e defesa dos direitos humanos na sociedade atual.

Mesmo que tenhamos clareza em relação aos objetivos profissionais e ao lugar que ocupamos numa prática profissional, produto e protagonista das transformações necessárias para o enfrentamento na questão social, é preciso investir na educação permanente enquanto uma estratégia de formação no trabalho, de apreensão dos resultados da ação através do planejamento e construção de indicadores e de possibilidade reais de superação de velhas práticas para a consolidação do projeto ético-político do Serviço Social. Contudo destaca-se,

³ Em “*A aprendizagem ao longo da vida: análise crítica de um conceito e de uma política*”, Rui Canário traz uma contribuição significativa a partir de sua reflexão crítica sobre as concepções de educação e formação, na Europa, durante o último quartel do século XX. “A ênfase atual da aprendizagem ao longo da vida parece, numa primeira aproximação, situar-se numa linha de continuidade relativamente ao movimento da educação permanente que marcou os anos 70 do século XX. A tese central defendida neste texto consiste em negar essa continuidade e pôr em evidência a ruptura existente entre as duas concepções” (Canário, 1997, p. 197). Estes argumentos do autor vêm subsidiando os estudos que temos feito sobre a educação permanente, em especial no âmbito do Serviço Social.

ainda, a necessidade de captar os movimentos da realidade social através de um processo de conhecimento que nos permita compreender o significado das demandas postas para intervenção profissional, deflagrando, assim, nos espaços da prática profissional, processos reflexivos e investigativos.

As exigências postas na atualidade requerem iniciativas que mobilizam os profissionais no sentido de buscarem respostas para as demandas que emergem. Nos últimos tempos, trazendo como exemplo a categoria, tem-se mobilizado para discussão e consolidação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), um projeto hegemônico que visa à universalização e à equidade num ambiente capitalista e que tem em seu cerne a desigualdade social. Este paradoxo permeará, necessariamente, a formulação de uma política de formação profissional dos assistentes sociais para o momento histórico atual. Desta forma, a interlocução – educação, trabalho e Serviço Social – é um caminho a ser fortalecido através da orientação da educação permanente e do envolvimento dos diferentes sujeitos que fazem parte deste processo: trabalhadores em geral, assistentes sociais, escolas formadoras, sociedade civil e usuários. Ainda, como exemplo, não podemos deixar de citar a experiência preconizada pelo Ministério da Saúde do Brasil, desde 2003, que toma a educação permanente como idéia central da política de gestão da educação no trabalho em saúde e desenvolve um conjunto de ações no interior do Sistema Único de Saúde – SUS, sendo então os profissionais da área, entre eles os Assistentes Sociais, implicados neste processo.

A iniciativa e interesse em tratar sobre esta temática, no âmbito do Serviço Social, é fomentar para que esta seja mais uma pauta na discussão da formação dos Assistentes Sociais. A proposta, baseada na noção de que o trabalho é o eixo fundamental para a aprendizagem, precisa ser discutida e lapidada pela categoria. Para isso, é preciso valorizar o manejo de problemas comuns do processo de trabalho, identificar claramente os nós críticos que podem ser superados mediante uma ação educativa sistemática, para que se possa organizar e desenvolver experiências de aprendizagem, e, quem sabe, construir assim políticas para o desenvolvimento profissional dos assistentes sociais, que efetivem este novo jeito de formar-se que pode ser orientado através da educação permanente. Esse é o nosso desafio.

Referências

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho, ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 1999.

ANTUNES, Ricardo. *O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2005.

ARROYO, Miguel. *Escola e trabalho: desafios e oportunidades na construção de uma política pública de formação profissional em saúde*. In: 1º Fórum do Profae, 9 a 11 de dezembro de 2002: relatório geral. Brasília: Ministério da Saúde, 2003.

CANÁRIO, Rui. A aprendizagem ao longo da vida: análise crítica de um conceito e de uma política. In: ———. (Org.). *Formação e situações de trabalho*. Porto: Porto Editora, 1997.

CATTANI, Antonio D. *Trabalho e autonomia*. Petrópolis: Vozes, 1996.

CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Tradução de Iraci D. Poleti. Petrópolis: Vozes, 2005.

CECCIM, Ricardo Burg. Educação permanente em saúde: desafio ambicioso e necessário. *Revista Interface – Comunicação, Saúde, Educação*, v. 9, n. 16, p. 161-177, set. 2004/fev. 2005.

DELORS, Jacques. *Um tesouro a descobrir*. Relatório da Unesco da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI. São Paulo: Cortez, 2003.

FREIRE, Paulo. *Política e educação*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2003 (Coleção: Questões da Nossa Época).

GADOTTI, Moacir. *Perspectivas atuais de educação*. I Congresso Brasileiro de Dinâmica Interpessoal. Centro de Convenções da FIERGS. Porto Alegre, RS, 1999.

GIDDENS, Anthony. *Sociologia*. 6. ed. Tradução de Sandra Regina Netz. Porto Alegre: Artmed, 2005.

IAMAMOTO, Marilda V. *O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. São Paulo: Cortez, 2001.

NOGUEIRA, Vera Maria Ribeiro. Intervenção profissional: legitimidades em debates. In: *Revista Katálysis*, Florianópolis, v. 8, n. 2, jul./dez. 2005, p. 147-154.

PAIXÃO, Marcelo; FIGUEIREDO, Marcelo. Trabalho e século XXI: you say goodbye, I say hello. *Cenários do Século XXI*, revista trimestral de debates da FASE, ano 24, set./nov.

ROSCHKEL, Maia Alice Clasen; DAVININI, Maria Cristina; HADDAD, Jorge. *Educação permanente e trabalho em saúde: um processo em construção*. Tradução: Murilo Wanzeler/UFPB-NESC, do original *Educación Médica y Salud*, v. 27, n. 4, out./dez. 1993.